

## **Ensino Médio Integrado e o Educando: possibilidade de inserção no mercado do trabalho e perspectiva de ingresso no ensino superior**

Elma do Socorro Coutinho Barbosa <sup>1</sup>

**RESUMO** - O estudo foi desenvolvido com o objetivo de averiguar que perspectiva teria os alunos do 1º ano do Ensino Médio Integrado – EMI - da Escola Estadual Prof.º José Barroso Tostes, Santana-AP, em relação ao mercado de trabalho e inserção ao nível superior através do vestibular. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito da temática, bem como uma pesquisa in loco através de questionário estruturado onde se procurou indagar a respeito dos objetivos propostos. A maioria dos pesquisados optaram pelo EMI em função do mercado do trabalho, mas também um número significativo desses educandos tem como objetivo futuro o ensino de nível superior, no entanto, mesmo tendo essa perspectiva de ingresso na faculdade, também está relacionada ao mercado de trabalho, já que a formação através do EMI pode proporcionar melhores possibilidades de ingresso no mercado/mundo do trabalho, ainda mais nesta realidade globalizada capitalista em que se vivencia. Ressaltando que o EMI no Estado do Amapá foi implantado recentemente e conhecer a posição/perspectivas do educando desse curso contribuirá para futuras análises do processo de implantação/desenvolvimento do curso neste Estado.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Educação, Ensino Médio Integrado, Trabalho, Capitalismo.

### **Education as a way of racism elimination: A issue of human rights**

*ABSTRACT - The study was developed with objective of checking out what perspective the first year students of the Integrated High School Teaching - IHST - at Prof. José Barroso Tostes State School (Santana-AP) would have in relation to the job market and the insertion in the college through the vestibular. A bibliographic research about the thematic was performed, as well as another research in loco through the questionnaire structured where it was tried to inquire about the objectives proposed. Most of the researched students have chosen the IHST due to the job market, but a significant number of these students also have the college as a future objective. Nevertheless, even having this perspective of entering the university, it is also related to the job market, since the formation through the EMI can provide better possibilities of entering the job world/market, yet in this capitalistic globalized reality we live in. Highlighting that the EMI in the state of Amapá has been implanted recently, and knowing the position/perspectives of the students of this course will contribute to future analyses of the process of implantation/development of the course in this state.*

*Keywords: Job market, Education, Integrated High School Teaching, Work, Capitalism.*

---

<sup>1</sup> Secretária de Educação do Amapá. Pós-Graduada *latu-senso* em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio - Faculdade Seama-AP.

## Introdução

Há algum tempo, a educação básica era voltada, principalmente, para a formação social do indivíduo, para instruí-lo a aprender a ler, escrever, adquirir conhecimentos, ou seja, formar o intelecto. A partir de transformações que foram ocorrendo, por exemplo, no setor industrial, foi surgindo uma nova realidade, que desencadeou no sistema capitalista e globalizado que hoje vivenciamos. Esse novo contexto ocasionou um processo educacional escolar direcionado, de certa forma, a uma formação que, não só prepara o aluno social, cultural ou para o provável ingresso no curso de ensino superior, mas também voltada ao mundo do trabalho, pois de acordo com Santos (2002), “[...] a ênfase conferida ao campo educacional passa a ser irremediavelmente vinculada às supostas exigências do mundo produtivo”.

O mercado trabalhista se apresenta muito competitivo, exigindo cada vez mais qualificação do profissional-trabalhador, obrigando o indivíduo, que anseia uma colocação empregatícia, a estar sempre em busca de incrementar seu currículo, pois o desemprego é uma realidade constante, e mais ainda para quem não possui o mínimo de preparo para este mundo trabalhista, pois Antunes (2007), afirma que é grande o número de jovens desempregados e que sem possibilidades de emprego, aumentam as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho.

Neste contexto, encontram-se os jovens, estudantes, tentando fugir de tornar-se mais um protagonista no quadro de desemprego instalado na nossa realidade, como afirma Antunes (2007):

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (ANTUNES, 2007, p. 19).

A volta do curso profissionalizante na modalidade do Ensino Médio Integrado - EMI, aparentemente, trouxe de volta para o educando, mais perspectivas de formação qualificada com melhores chances de inserção no mundo trabalhista, mesmo não sendo somente esta a proposta do EMI, assim como do Ensino Médio, pois segundo a LDB (1996):

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (LDB- LEI Nº 9.394, 1996, art. 22).

Diante do exposto, as questões que norteiam esta pesquisa são: 1) Na visão do aluno do Ensino Médio Integrado, a conclusão do curso é garantia de inserção no mercado de trabalho?; 2) O aluno, ao concluir o Ensino Médio Integrado visa seu ingresso no ensino de nível superior?

Desta forma, essa investigação teve como objetivo: - “Verificar quais perspectivas possuem o aluno do 1º ano do EMI da Escola Prof.º José Barroso Tostes ao término do curso”, em relação sua opção ao mercado de trabalho e/ou Ensino de Nível Superior.

## O Trabalho na Sociedade Humana

Segundo Antunes (2004), desde sua origem o homem, através de ações e atividades,

que denominamos trabalho, foi buscando cada vez mais mecanismos que proporcionasse melhorar sua forma de vida, ou seja, facilitar sua existência, processo esse que, diretamente interrelaciona trabalho-homem-natureza e assim direcionando-o a um processo de transformação que o evidenciou em um ser social.

O homem, para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, sempre se valeu da manipulação de bens do meio, mesmo que no início, de maneira rudimentar, sem sistematização de ações, apenas em função de sua sobrevivência. Esta necessidade de manter sua existência levou o homem a um processo evolutivo no qual, o “trabalho” teve papel fundamental como eixo propulsor da transição do homem como ser apenas biológico que era, a um “ser social”, distinguindo-o de forma mais contundente dos outros animais, pois a partir do trabalho, seja ele nos seus mais variados enfoques, o ser humano passa a usar a natureza de forma diferenciada, induzindo-o a desenvolver suas atividades de maneira cada vez mais unida, ou seja, como coloca Antunes (2004):

O desenvolvimento do trabalho ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada vantagem dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçadamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade (ANTUNES, 2004, p. 8).

O trabalho sempre fez parte da vivência do homem, originando assim, o ato de racionalizar mecanismos de transformações de matéria do meio (natureza) com o propósito de suprir sua vivência. No entanto, no decorrer do processo

evolutivo humano, o trabalho vai deixando de ser uma atividade meramente de esforço físico, braçal, nem sempre com fins lucrativos para passar a ser uma atividade voltada a mais valia, voltada ao lucro. Nesse processo evolutivo, na idade contemporânea, o homem passa a valorizar mais a aquisição do conhecimento com objetivo de poder utilizar, modificar de forma mais tecnológica o ambiente a seu favor, tornando o trabalho um elemento importante para se firmar e crescer como ser social, intelectual e crítico no contexto em que está inserido (ORGANISTA, 2006).

As mudanças socioeconômicas ocorridas nos últimos tempos, remonta para uma situação na qual a valorização do valor é o principal objetivo das corporações de grande potência, mesmo que seja em detrimento de tudo e de todos. Esse contexto é reflexo de um processo de “reestruturação produtiva”, ou seja, um novo mecanismo de valorização do valor que resulta em um contingente crescente de desemprego, fruto das mudanças ocorridas no mundo capitalista. Assim:

A reestruturação produtiva, a modernização, têm se convertido em sinônimo de desemprego. Talvez estejamos no limiar de um período histórico no qual o caráter destrutivo de capital se manifeste, como nunca antes, na articulação estrutural entre desenvolvimento das forças produtivas e destruição da força de trabalho através da manutenção de taxas elevadas de desempregos (LESSA, 1997, p. 01).

A educação escolar na nossa realidade evoluída, frente a um mundo de trabalho competitivo e exigindo cada vez mais que o indivíduo esteja capacitado e bem preparado para ser absorvido pelo mundo/mercado do trabalho,

mesmo que nem sempre adequadamente, direciona ou até força, indiretamente a escola a se transformar em um genérico de empresa, ou seja, trabalhar a formação do educando voltada para uma realidade de trabalho, de acordo com a exigência do momento, mesmo que nem sempre essa força de trabalho consiga alcançar esse perfil de “trabalhador qualificado” satisfatoriamente, ou seja, a instituição “escola” no presente vem se apresentando como uma empresa, haja vista que, como tudo no estado capitalista, direta ou indiretamente está sempre atrelado e voltado, de alguma forma, às suas necessidades.

No decorrer do progresso do sistema trabalhista capitalista, quebraram-se alguns paradigmas, pelo menos aparentemente. No passado, o mercado do trabalho apresentava a atividade intelectual desvinculada do trabalho físico, manual (taylorismo/Fordismo). A continuidade desse processo seria uma “reestruturação produtiva”, flexível, sem perdas, com base na demanda, com o mínimo de pessoal e qualidade total, que resultou na produção enxuta (Toyotismo), mas que, essa força de trabalho fosse mais culta, qualificada, treinada e até polivalente. Essa reestruturação se estabelece como se fosse uma ruptura do velho modelo taylorista/fordista – divisão do trabalho em produção, manutenção, controle de qualidade, além de controle e vigilância direta à força de trabalho – para o paradigma com novas perspectivas de interesses do capitalismo – valorização do valor e não da força de trabalho. No entanto, o que parece é que ocorreu uma fusão entre os dois paradigmas. De acordo com Lessa (2007):

[...], genericamente, foi denominado de toyotismo ou produção flexível, teriam surgido no próprio fordismo. Em especial a necessidade de se apoderar da “iniciativa”, da “boa vontade” e do “conhecimento” dos trabalhadores na intensificação da exploração do próprio trabalho. O que, por sua vez, é significativo para entender as razões de a distância entre o novo toyotismo e o velho fordismo ser menor do que muitas vezes tem sido sugerido. A combinação e articulação das características dos dois modelos parece ter sido a regra, mas que a exceção, da “reestruturação produtiva” em todo o mundo (LESSA, 2007, p.307).

Nestes aspectos, de exigências de forças de trabalho tão diversificada e ao mesmo tempo dinâmica e especializada, a escola se coloca no papel de formadora de perfil voltado diretamente ao mundo do trabalho capitalista, mas principalmente em escolas públicas ainda há, na medida do possível, a formação voltada para a questão da cidadania, tentando abranger o máximo possível, de forma integrada os dois parâmetros – formação em função do mundo capitalista concomitantemente à formação do ser humano como cidadão realmente consciente do seu papel sócio-econômico-cultural.

O desenvolvimento das indústrias com diversidades de maquinaria, situação que pontua uma nova era, evidenciando modificações no processo do trabalho no que tange à qualificação da força de trabalho. E apesar de trazer alguns benefícios ao trabalhador, como por exemplo, diminuição na jornada de trabalho em função da revolução técnico-científico, o capitalismo não proporciona maiores proveitos ao trabalhador, mas sim aproveita tais mudanças em prol de “consolidar a exploração pelo aumento da mais-valia relativa”, explorando o trabalhador com baixos salários e ocasionando desemprego e fome (MACHADO, 1989).

A exploração do trabalhador no mercado capitalista é evidente, proporcionando uma situação desumana e cruel, evidenciada pelo aumento da pobreza em função da dificuldade de empregabilidade. Uma maneira talvez, de amenizar essa situação veio na forma de implantação do EMI nas escolas, já que proporcionam cursos profissionalizantes, no entanto, terá que funcionar efetivamente com formação de qualidade para que tenha o resultado esperado.

Na realidade capitalista/globalizada em que vivemos, é claramente evidenciada que a escola assume também a tarefa de formação para o trabalho/mercado trabalhista, já que essa formação torna-se uma necessidade para o indivíduo, como exemplo temos o EMI, que tem por objetivo, formar o educando tanto no seu contexto geral/social como para o mercado de trabalho. Segundo Machado (1989), o trabalho com enfoque educacional, torna-se relevante e necessário na vivência do aluno e realmente deve ser evidenciado isso a ele, até porque é a partir do trabalho que o indivíduo pode melhorar sua qualidade de vida, e esse tipo de formação, se eventualmente funcionar como deve e houver êxito, o discente terá a formação adequada tanto para o foco profissional quanto para a sua vida social, contribuindo para sua cidadania.

### **O Ensino Profissionalizante no Brasil**

No Brasil, a formação profissional tem seu primeiro registro em 1874, no governo de Henrique Pereira de Lucena (presidente da província de Pernambuco), quando “obrigou os estabelecimentos fabris a se encarregarem do

preparo do seu pessoal”. E em 1909, o Presidente da República Nilo Peçanha criou “rede de escolas de aprendizes de ofício” (SILVA, 1999, p. 15). Na sequência histórica brasileira, em 1937, o presidente Getúlio Vargas outorga a nova constituição, que no seu artigo 129, segundo Silva (1999), recomenda:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (SILVA, 1999, p. 15).

Em 1942, através do decreto-lei nº 4.048 é criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), escola de formação profissional com ensino voltado ao mercado de trabalho, sendo pós e/ou paralelo ao ensino básico formal.

Dentre as mudanças ocorridas no sistema educacional, origina-se a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, após oito anos tramitando no Congresso Nacional, em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada sob a Lei Nº 9.394. Assim, surge uma nova era educacional nesse país, na qual “a educação profissional é apresentada como uma modalidade educacional (Título VI, Capítulo III) voltada para o “desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39)”, ou seja, toda a ênfase destinada ao campo educacional passa a ser em função das exigências do mundo produtivo (SANTOS, 2002, p. 2).

Assim, em 1997, após a aprovação da Lei no 9.394/96, o Decreto nº 208/97 impôs um conjunto de reformas à educação profissional no

país, dentre elas, “regulamentou a educação profissional e sua relação com o ensino médio”. E em 2004 tenta-se resgatar por meio do decreto n. 5.154 “a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como formação específica para o exercício de profissões técnicas” (FRIGOTTO et al, 2005, p. 36/37).

### **O Ensino Superior**

No passado, em determinado período da história, “o conhecimento sempre foi reservado a uma elite, aos filósofos, aos sábios, aos religiosos” (FRIGOTTO et al, 2005, p. 31). Com o passar do tempo, discorrendo a questão no âmbito brasileiro, gradativamente, o cenário educacional vai mudando, e o conhecimento em formato educacional formal é disponibilizado a todos. No entanto, a princípio com distinção: um formato educacional escolar para o povo com direcionamento ao setor produtivo, com escolas específicas para essa questão. O outro formato, educação geral, inclusive educação superior, se direcionava às classes mais elevadas da sociedade, pois segundo Frigotto et al (2005), “o pano de fundo da educação brasileira “quase na metade do século XX”, foi “sempre a educação geral para as elites dirigentes e a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados”.

Com as mudanças que foram ocorrendo no contexto do desenvolvimento social e econômico no Brasil, exigências foram se estabelecendo no que refere à situação educacional, tanto da educação básica quanto na educação superior.

Isso é confirmado por Frigotto et al (2005), quando expõe que “o aumento da procura de empregos, acarretada, inclusive, pela rápida urbanização, os empregadores passaram a exigir o nível de escolaridade cada vez maior como de seleção preliminar. Com isto, cresceu também a demanda pelo ensino superior”.

O ensino superior, na atualidade é uma modalidade de ensino, pelo menos de universidades públicas, almejado por muitos educandos e alcançado por alguns. Este anseio pelo ensino de nível superior está, dentre outros motivos, também relacionado ao mundo do trabalho – desemprego, dificuldade de se conseguir emprego formal, melhores empregos/salários, melhor qualificação para emprego, ainda mais por constituirmos um país em que o nível de escolaridade de sua população precisa melhorar. Segundo MEC (2008, p. 46):

Somos um país em que cerca de metade da população economicamente ativa tem menos de oito anos de escolaridade, e aproximadamente 60% estão no mercado informal profundamente heterogêneo, onde predominam os mais pobres e desamparados de qualquer proteção social (FRANCO, 2008, p. 46).

Dessa forma, vale ressaltar a importância que tem o processo educacional escolar e principalmente o possível ingresso no nível superior de ensino, já que se torna um meio de aprimorar não só o nível de conhecimento, mas também de aumentar as chances no âmbito profissional e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida do indivíduo. Segundo a LDB Lei nº 9.394/96, Art. 52 “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de

pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, [...]”.

### **Considerações sobre a gestão do Ensino Médio Integrado**

Atualmente, vive-se, um processo de globalização exigente e seletivo, situação que requer do indivíduo a busca de determinados meios que possam lhe proporcionar, além de formação educacional, melhores possibilidades no mercado do trabalho. E o Ensino Médio Integrado – EMI – caracteriza-se como um desses caminhos.

A implantação do EMI no Estado do Amapá é de suma relevância, haja vista que contribuirá de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social desta região, possibilitará ao educando mais oportunidades de inserção no mundo do trabalho. Sendo o setor trabalhista competitivo e demandar sempre mais qualificação do indivíduo, o EMI, além de suprir essa necessidade, no que tange ao desenvolvimento econômico da região, também contribui para o desenvolvimento social do discente, pois é um processo de formação educacional integrado, ou seja, na LDB (Leis de Diretrizes e Bases Nacional) está inserido na educação básica, integrado ao Ensino Médio, e assim como o Ensino Médio, “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB 9.394/96, art. 2º). Grabowski (2004), também confirma essas colocações, quando expõe:

Entendemos que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é uma proposta que, por excelência, viabiliza o exercício da cidadania, municia os cidadãos de recursos para inserir-se e para progredir no trabalho, contribui ao desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, principalmente, ao enfatizar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos. Além dessa dimensão formativa de pessoas na condição de cidadãos e de trabalhadores inseridos socialmente, o Ensino Médio Integrado é, sem dúvida, uma estratégia nacional e de Estado, diretamente relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas, com diminuição da vulnerabilidade científica e tecnológica e, primordialmente, com a retomada do desenvolvimento econômico, social, cultural, político e educacional (GRABOWSKI, 2004, p. 68).

Acredita-se que a implantação do Ensino Médio Integrado no Estado do Amapá veio de alguma forma, também como em outras regiões, tentar, efetivamente, implementar o desenvolvimento sócio-econômico local, perpassando evidentemente pela preocupação com o desenvolvimento/crescimento do processo educacional.

Desta forma, o Ensino Médio Integrado se estabelece de maneira a contribuir com a formação/qualidade de vida do educando como cidadão, devendo, no entanto ser concretizado sempre de forma adequada, cujo objetivo deverá sempre dimensionar prioritariamente a melhor qualidade do ensino/aprendizagem numa perspectiva de crescimento e desenvolvimento no âmbito educacional, social e econômico para o indivíduo como cidadão.

### **O Ensino Médio Integrado no Estado do Amapá**

A implantação do Ensino Médio Integrado no Amapá começou a ser organizado em 2005, com a organização/preparação de pessoas que

iriam participar da elaboração do plano de trabalho desse curso. Em 2007, após todo um trabalho de preparação e tramitação legal o Ensino Médio Integrado é efetivamente implantado em algumas escolas e ampliado em 2008.

Possuindo 16 anos de criação, geograficamente o Estado do Amapá está situado ao nordeste da região norte do Brasil, ocupando uma área de 143.453,7 Km<sup>2</sup>, constituído por 16 (dezesseis) municípios, tem como capital a cidade de Macapá, sendo a única brasileira cortada pela linha do equador.

Economicamente, “a maior parte da receita do Estado, quase 75%, vem do Governo Federal, por meio de convênios com os ministérios.”. Os setores produtivos que contribuem economicamente – primário e secundário – são responsáveis apenas por cerca de 13,8% das atividades e 86,2% são do terciário, sendo que destes, 38,7% são referentes à Administração Pública. Possui como potencial econômico os setores madeireiro, pesqueiro e o mineral (GOVERNO ESTADUAL DO AMAPA, SEED, 2007).

### **Área de Estudo**

A investigação foi realizada na Escola Estadual Professor José Barroso Tostes, fundada no dia 01 de junho de 1962, com localização no Estado do Amapá, Município de Santana, situada à Avenida 7 de setembro, 186, bairro Central. É privilegiada não só pela posição geográfica, mas por atender uma clientela de alunos economicamente diversificada, provenientes dos diversos bairros e Estados brasileiros, nas

modalidades de Ensino Fundamental – EF (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série), Médio Regular – (EM) e Médio Integrado ao ensino Profissionalizante na área de Informática. O funcionamento se dá nos três turnos. O corpo docente da escola é composto por diferentes níveis de formação, todos com Licenciatura Plena.

Atende a maioria das crianças, jovens e adultos dos bairros vizinhos cujo nível sócio-econômico é considerado médio-baixo, havendo entre estes, entretanto, alunos carentes provenientes de bairros periféricos. No que se refere à estrutura física, a escola possui 10 salas de aulas, um laboratório de informática, serviços de internet, e outras salas ambientes.

O quadro de professores no Ensino Médio é composto por 22 professores sendo todos do quadro efetivo do Estado. Quanto ao Ensino Médio Integrado temos 19 do quadro efetivo do Estado e 4 professores do contrato administrativo, sendo estes específicos da área técnica.

A clientela estudantil do Barroso Tostes é formada por estudantes no horário diurno e estudantes/trabalhadores no noturno (RELATÓRIO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PROF. JOSÉ BARROSO TOSTES, 2008, p. 03).

### **Materiais e Métodos**

Na pesquisa desenvolvida, foi realizado levantamento bibliográfico para melhor embasar o trabalho, já que o mesmo tratou de questões relevantes como a “educação e o trabalho”, em uma modalidade de ensino - Ensino Médio Integrado – que é recente, e ainda mais na



atualidade capitalista e globalizada em que se vive, na qual o trabalho do indivíduo torna-se uma necessidade de suprir sua existência. Nesse contexto buscou-se averiguar que perspectivas o educando dessa nova modalidade de ensino objetiva ao término de curso em relação ao mercado de trabalho e/ou Ensino de Nível Superior. Utilizou-se como instrumento de pesquisa o questionário, sendo esta uma técnica bastante eficaz para esse tipo de abordagem. Este instrumento foi elaborado baseado nas questões e objetivos que norteiam esta atividade, que se deu em forma de caráter descritivo, fazendo uma abordagem quali-quantitativa.

O levantamento de dados foi realizado com duas turmas de 1º ano (1º e 3º turnos) do Ensino Médio Integrado, sendo o foco principal deste trabalho.

A aplicação do questionário foi realizada a cada turma, no seu determinado turno e na sala de aula e sistematizado individualmente para os discentes envolvidos na pesquisa. Cada aluno respondeu um questionário a partir do seu ponto de vista, ou seja, segundo a sua opinião, sem pressão ou qualquer influência.

A tabulação dos dados foi desenvolvida em planilha do Microsoft Excel 2007 para a realização da sistematização dos resultados da pesquisa.

## **Resultados e Discussão**

Foram pesquisados através de questionários 61 alunos de turmas de 2º e 3º turnos, de 1ª série do Ensino Médio Integrado – EMI. As duas turmas entrevistadas são as primeiras do processo de implantação do EMI

nesta escola, sendo constituídas por alunos com as seguintes faixas etárias: de 13 a 14 anos encontram-se 18%, de 15 a 16 anos aparecem 69%, de 17 a 18 anos com 10% e com mais de 18 anos apenas 3%, ressaltando que um desses alunos possui 31 anos. Sendo que 57% desses alunos são do sexo masculino e 43% do sexo feminino. A quantidade de aluno por turma/turno é praticamente igual, nas quais em relação a cor, 23% desses educandos se declaram brancos, 8% pretos, 3% amarelos, 62% se declaram pardo e 3% indígena.

Ao serem questionados sobre a decisão de matricular-se no EMI, se esta fosse somente deles, qual modalidade de ensino escolheriam: o Ensino Médio Regular ou o Médio Integrado. Apenas 3% dos alunos optariam pelo Ensino Médio Regular e 97% do total desses alunos escolheriam o Ensino Médio Integrado.

Em relação aos fatores que influenciaram os alunos pesquisados a optarem em se matricular no EMI, ressaltando que foi válido considerar mais de uma opção em suas respostas. Do total de educando pesquisados houve 67% indicação pela opção “influência familiar”, “melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho” foi indicado por 95% desses discentes, “melhor preparação para possível ingresso no Ensino Superior” houve 64% das indicações, 36% dessas indicações foi pela opção “status do curso (prestígio)” e 8% indicaram a opção “outros”.

Do total de discentes pesquisados, 56% afirmaram que a formação através do Ensino Médio Integrado pode ser garantia de que, ao término do curso, já ingressará no mercado de trabalho, no entanto 44% dos alunos

responderam que “não”. Foi questionado ainda se a formação através do EMI está preparando o educando para o mercado do trabalho, obteve-se como resultado: 97% do total de alunos pesquisados responderam que “sim” e 3% responderam que “não”.

Também foi questionado se o EMI está preparando o educando para um possível ingresso em uma faculdade, 77% dos alunos responderam que “sim” e 23% desses alunos responderam que “não”. Foi ainda questionado ao público alvo da pesquisa, se ao término do EMI, haveria pretensão por parte deles, de ingressar numa faculdade, dando continuidade aos estudos: 85% afirmaram que “sim” e apenas 15% responderam que “não”.

Em relação a objetivos/anseios futuros, foi perguntado se a formatura deles fosse hoje, qual seria a perspectivas de cada um em relação ao seu futuro: “o mercado de trabalho” foi optado por 51% dos alunos; “prestar vestibular para possível ingresso no Ensino Superior” foi apontado por 52% e a alternativa “outros” foi marcado por apenas 3% dos discentes, observando que dois alunos marcaram duas opções (a 1ª e a 2ª) por duas vezes.

Em relação a contribuição dos membros da família para a composição da renda familiar, 39% das famílias dos alunos tem um rendimento de 3 a 4 salários mínimos (SM), 33% das famílias tem rendimento entre 1 e 2 SM, com mais de 5 SM aparecem 21% das famílias desses educandos e com rendimento de até um salário mínimo aparecem 7% das famílias dos discentes.

Para iniciarmos a análise desses resultados torna-se relevante esclarecer um pouco mais

sobre o significado do termo “integrar” quando falamos em Ensino Médio Integrado – EMI.

Segundo Ciavatta (2008), integrar é fazer com que se torne único, inteiro, ou seja, unir no mesmo ensino a educação geral e a formação profissional:

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (CIAVATTA, 2008, p. 2).

No resultado apresentado, verificou-se que a maioria (62%) dos alunos do EMI da escola pesquisada é de jovens pardos, encontrando-se também em número menor indivíduos de outras cores, e que são em totalidade de 57% do sexo masculino e 43% do sexo feminino. Observa-se com esse resultado que a busca por uma formação também profissional é objetivo não só do indivíduo do sexo masculino, mas como vem ocorrendo na atualidade capitalista, o sexo feminino também com a mesma determinação, busca sua posição no mundo/mercado do trabalho.

Confirmação relevante da pesquisa é que 97% dos alunos pesquisados optariam pelo EMI se dependesse só deles esta decisão, já que como a maioria é menor de idade, seus responsáveis foram os que assinaram suas matrículas. E a justificativa mais freqüente para essa resposta, foram questões como (expressando palavras dos próprios pesquisados): “Pois me proporciona mais chance de ingressar no mercado de trabalho” ou “Para melhores oportunidades de

inserção no mercado de trabalho”. Fato interessante, pois se percebe que independente de idade, cor ou sexo, a busca por inserção no mundo/mercado do trabalho é uma preocupação cada vez mais cedo dos jovens, já que a idade mais frequente dentre os alunos pesquisados é de 15 e 16 anos, e vem se tornando cada vez mais difícil esse ingresso, situação que pode muitas vezes direcionar o indivíduo, mesmo jovem, ao trabalho precarizado ou ao desemprego. Antunes (2007, p.13) expõem “que quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalho parciais, precarizados, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego”. O mesmo autor afirma ainda que na atualidade, o jovem que atinge a idade de inserção no mercado do trabalho é excluído, ficando sem perspectivas de trabalho torna-se muitas vezes, mais um desempregado ou trabalhador de serviços precários.

É notável que a percepção desses educandos em relação ao EMI, de acordo com suas colocações/justificativas, se dá, principalmente, em função do mercado de trabalho, percepção esta relacionada à situação globalizada/capitalista vivenciada pelo jovem ou qualquer indivíduo nos dias de hoje, em que a luta pelo emprego é sempre uma missão, muitas vezes árdua e sem resultado positivo, pois de acordo com Antunes (2007):

Há, então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade de que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do

século XX [...]. No outro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação virulenta (ANTUNES, 2007, p. 13/14).

Direcionado, também, a minimizar tal situação, se apresenta o EMI, uma modalidade de curso que, segundo a LDB, sob a Lei Nº 9.394/96, no seu capítulo III, Art. 39: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Na maioria das vezes que precisamos tomar alguma decisão ou fazer escolhas, somos influenciados, de forma direta ou indireta. No caso dos alunos pesquisados, mesma havendo outras influências, como familiar e a questão do ensino de nível superior, o fator que mais influenciou esses educandos em hoje estarem cursando o EMI, foi a possibilidade de inserção no mercado do trabalho (95%), fator este que, na visão destes jovens educandos torna-se fundamental, já que vivenciam a competitividade de uma realidade capitalista e cruel, que descarta, discrimina e exclui em função do crescimento econômico, principalmente o jovem adolescente advindo da classe trabalhadora da sociedade, a qual assimila o trabalho com uma concepção voltada à realidade vigente, vinculada ao mundo capitalista globalizado. Sobre esta concepção, MEC (2007, p. 20), afirma que:

Atualmente, a visão que predomina é socialmente determinada pelas estruturas capitalistas de produção e pelo correspondente modo de conceber o mundo. Nesse sentido, o trabalho apresenta-se como elemento propulsor da riqueza material, não em uma perspectiva inclusiva e humanizadora, mas em função dos interesses que garantem a sobrevivência e a reprodução desse sistema econômico, no que ele tem de mais perverso e alienador (LODI, 2007, p. 20).

Um dado que, de certo justifica ainda mais a preocupação do jovem estudante com seu ingresso cada vez mais cedo no mercado/mundo do trabalho, é a questão do índice de desemprego dos jovens que a mesma autora acima citada apresenta:

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA afirma que dos 7,3 milhões de desempregados, 3,5 milhões são jovens. A taxa de desemprego dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos é de 17% - quase o dobro da taxa de desemprego nacional, 9%, o que revela a manutenção do padrão histórico mundial (MEC - LODI, 2007, p. 13).

Mesmo sendo o trabalho o elemento estruturante da vida do ser humano, contribuindo para sua afirmação como ser social, auxilia o desenvolvimento de sua identidade, tornando-se assim referência para sua existência. Na maioria das vezes de forma equivocada, o trabalho na atualidade, é apropriado com foco voltado, principalmente à questão de ganho material/econômico para garantir somente sobrevivência, vinculado ao mercado de trabalho em uma sociedade que prioriza o capital, como apresentado por MEC - Grabowski (2007, p. 82), que diz que “somos parte de uma sociedade que está estruturada sob o modo de produção capitalista em sua fase globalizada e sob a ideologia neoliberal, com vulnerabilidade

econômica para as camadas populares, [...] - e o trabalho é entendido como valor de troca e mera prática produtiva”.

Até por isso, o jovem de hoje mais do que em outros tempos, seja por esta imposição do mundo capitalista, está em constante busca de acompanhar as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, tentando da forma que lhe é possível, sua inserção nesta dinâmica globalizada e este objetivo está se dando através do EMI, já que o mesmo, além de proporcionar a formação técnica profissional, ainda abrange a formação geral, contribuindo com a construção do ser social/ integral. MEC (2008, p. 153), expõe que:

Não há como negar que o jovem e o adulto se confrontam hoje com graves dificuldades de adaptação às novas condições de acesso ao emprego e evolução do trabalho”. E “[...] que o indivíduo terá cada vez mais que compreender situações complexas que evoluem de forma imprevisível; por isso o desenvolvimento da cultura geral e da capacidade para compreender o significado das coisas é o primeiro fator de adaptação à economia e ao emprego (CARVALHO, 2008, p. 153).

Houve afirmação da maioria dos alunos pesquisados (97%) de que realmente estão sendo preparados para o mercado do trabalho, ou seja, para a vida produtiva, isto só vem a confirmar uma das finalidades do EMI, o direcionamento de parte do ensino para a área técnica profissional, sempre de forma integrada, como explicita **LDB, LEI N° 11.741/2008 “Seção IV-A, Da educação Profissional Técnica de Nível Médio, Art. 36-A** “[...], o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Entretanto, não se pode deixar de considerar sempre que “é preciso superar a profissionalização estreita que reduz a formação

profissional à aquisição do saber fazer, ampliando-a para uma formação profissional com uma sólida formação geral e uma significativa cultura científica e tecnológica” (MEC, 2008, p. 153 - CARVALHO), ou seja, acredita-se necessário enfatizar/esclarecer sempre na prática o verdadeiro objetivo/finalidade do EMI-formação integrada, no sentido de deixar claro, principalmente para os atores envolvidos no processo, como coloca MEC (2007, p. 104):

O ensino Médio e o Ensino Profissional e Técnico, integralizados em uma nova modalidade de ensino, permitirão a articulação de projetos pedagógicos engessados na intencionalidade política de atender à demanda da Educação Básica que, na etapa do Ensino Médio, profissionalize os jovens e rompa com a fragmentação dos saberes, proporcionando uma formação científica e tecnológica que integre a educação geral e a profissional (VALETIN, 2007, p. 104).

Vivenciamos uma sociedade na qual prevalece uma cultura que, impõe de certa forma, que a inserção no ensino de nível superior está relacionado ao mundo/mercado de trabalho, sendo essa realmente, uma das finalidades da Educação Superior, segundo a LDB, Nº 9.394/96, CAPÍTULO IV, Art. 43, inciso II – é: “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;”.

Partindo deste contexto torna-se compreensível/justificável o fato de que a maioria do alunado, foco desta pesquisa, afirmar que estão sendo preparados e pretendem continuar seus estudos, tentando ingressar em uma faculdade quando concluírem o curso. Algumas de suas justificativas foram:

*“Precisamos também de outros cursos para termos mais chance no mercado de trabalho”;* ou *“Para obter uma profissionalização melhor”;* ou ainda *“Hoje, quanto mais conhecimento tivermos, mais amplas serão as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho”.*

São pertinentes tais colocações, pois principalmente o jovem, está inserido em um contexto econômico-social que exige dele posicionamentos de luta, competição, competência, qualificação, decisão, dentre outros elementos que este indivíduo necessita para estar em contínua procura de empregabilidade, e este caminho é buscado através da educação escolar, seja ela a nível básico ou superior, sendo a principal finalidade dessa busca o mundo/mercado de trabalho, pois a educação e o trabalho pode possibilitar, dentre outros fatores, melhor qualidade de vida e conseqüentemente, contribui também com o crescimento econômico, social e cultural do indivíduo.

Os jovens de hoje, seja pela necessidade de contribuir com a renda familiar ou para conquistar sua independência financeira, já que o poder aquisitivo do educando alvo dessa pesquisa não é tão elevado, buscam essa realização no mundo/mercado de trabalho, realidade que com o passar do tempo, vai se tornando de difícil acesso, sendo muitas as exigências da empregabilidade, e mais ainda se esse jovem, fruto de uma sociedade trabalhadora, não possuir qualificação ou experiência. Se levamos em consideração essa visão, Ramos (2008) coloca que:

O ensino médio integrado à educação profissional, (...), é tanto possível quanto necessário em uma realidade conjunturalmente

desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino. Mas ele pode potencializar mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (RAMOS, 2008, P. 16).

O mundo/mercado do trabalho passa continuamente por alterações e/ou mudanças que coloca o indivíduo numa situação de incertezas e instabilidade dentro desse contexto, isto deve-se ao processo capitalista/globalizado instalado, que funciona em função do valor/poder econômico. Devido esta instabilidade é que não se pode garantir que qualquer formação profissional, seja ela qual for e que tenha a qualidade que tiver, assegura o jovem ou qualquer indivíduo, ingresso certo ao mercado de trabalho, como afirmou uma parte significativa dos educandos pesquisados nesse trabalho. Mesmo que o EMI esteja sendo desenvolvido também com esta finalidade. Com relação a estas colocações, MEC (2007, p. 19) afirma que:

É difícil, dentro do atual estágio da economia capitalista, poder-se antecipar o futuro, porque uma das características atuais do mundo é a de vivermos a incerteza do porvir. No entanto é necessário estar atento às tendências decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico para que seja possível orientar as ações educacionais de maneira que a escola possa cumprir a sua função social ao formar pessoas que tenha domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos necessários ao exercício profissional (BARACHO et al, 2007, p. 19).

Nessa pesquisa, um resultado considerado relevante foi o aluno intencional tanto o mercado de trabalho quanto o ensino de nível superior, como objetivo se concluisse o

curso “hoje”. A partir desse dado percebe-se que o jovem que optou pelo EMI, além de buscar o mercado de trabalho, visa também crescer educacionalmente, dando continuidade aos seus estudos. MEC (2007, p. 83), diz que:

Acreditar em uma outra educação e em uma outra globalização implica construirmos socialmente uma nova proposta de ensino e de desenvolvimento que seja um contramovimento do que historicamente foi implantado no Brasil e que ocasionou tantas desigualdades regionais. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional articulado ao projeto de desenvolvimento local e regional é um bom começo” (GRABOWSKI, 2007, p. 83).

### Considerações Finais

Frente à dinâmica globalizada/capitalista no mundo contemporâneo em que nos encontramos, é compreensível a busca contínua cada vez mais cedo dos jovens pela inserção no mundo/mercado do trabalho, já que o mesmo torna-se uma necessidade de suprir a vivência de cada indivíduo e que, a partir dele pode-se melhorar a qualidade de vida.

Na realidade brasileira, assim como em outras partes do mundo, o jovem almeja cada vez mais cedo seu lugar no contexto trabalhista, muitas vezes, impulsionado pela necessidade que a situação sócio-cultural lhe impõem, não tem como adiar sua inserção na vida produtiva, mesmo que muitas vezes, essa inserção precece os direcionem a formas inadequadas e precarizadas de trabalho, pois Ramos (2008) coloca o seguinte:

Diante dessas afirmativas, então, não podemos dizer que no Brasil a juventude brasileira

oriunda da classe trabalhadora pode adiar para depois da educação básica ou do ensino superior o ingresso na atividade econômica. Enquanto o Brasil for um país com as marcas de uma história escrita com a exploração dos trabalhadores, no qual estes não têm a certeza do seu dia seguinte, o sistema sócio-político não pode afirmar que o ensino médio primeiro deve “formar para a vida”, enquanto a profissionalização fica para depois. A classe trabalhadora brasileira e seus filhos não podem esperar por essas condições porque a preocupação com a inserção na vida produtiva é algo que acontece assim que os jovens tomam consciência dos limites que sua relação de classe impõe aos seus projetos de vida (RAMOS, 2008, p. 12).

No entanto, se o trabalho for compreendido como princípio educativo tem que ser estabelecido como um elemento contribuinte para o crescimento do indivíduo como ser social em processo evolutivo contínuo e não como um elemento negativo na vida do indivíduo.

Espera-se que o Ensino Médio Integrado, enfocando o trabalho como princípio educativo, contribua de forma positiva para a vivência do educando, que faça valer a credibilidade que o aluno que optou por esta modalidade de ensino, depositou no curso, pois como apresenta a LDB sobre a formação integrada, ou seja, como apresenta MEC (2008):

[...] que a formação profissional de tecnológica deve ser mais abrangente. Preparar para o trabalho não significa apenas preparar para

exercer funções específicas, mas significa, sobretudo, compreender a sociedade naquilo que é estruturante dela, ou seja, o trabalho. A formação profissional deve desempenhar um papel para além dos limites impostos de forma artificial pelo mercado de trabalho, devendo ser encarada como um imperativo de vida em sociedade, como um direito e como um dever de cada cidadão (CARVALHO, 2008, p. 154).

Dessa forma, espera-se que o EMI seja realmente efetivado levando em consideração os seus objetivos legais como estabelecido na LDB e que, como política pública, seja tomado como prioridade para não se tornar um projeto frágil, propenso ao fracasso diante de uma realidade comandada pelo capitalismo empresarial, pois Santos (2002), apresenta o seguinte:

Quanto ao futuro incerto do ensino médio integrado, parece estar longe a possibilidade dele ser assumido efetivamente como uma política pública prioritária, juntamente com o ensino médio de formação geral. Para que isso ocorresse, seria necessário, nos parece, que mediadas oficiais enfrentassem as forças empresariais que, há quase uma década, vêm dando a linha política da educação profissional no Brasil (SANTOS, 2002, p. 15).

## Referências

AMAPÁ, Governo do Estado do. – Secretaria de Estado de Estado da Educação, Coordenadoria de Ensino, Divisão de Ensino Médio.  
TRAGETÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO

ENSINO MÉDIO INTEGRADO À  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE  
NÍVEL MÉDIO NO ESTADO DO AMAPÁ.  
(Elaboração: Ailton Asdrubal Cardoso Guedes;  
Jamilé Façanha de Almeida; Eliane Maria de  
Oliveira Silva; Sara da Mescês Ribeiro; Dina do  
Livramento Melo Guedes). Ampá-AP, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo et al. Organizadoras: Graça Druck, Tânia Franco. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo : Boimtempo, 2007.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, (LDB, 1996)**, Brasília, 1988.

CIAVATTA, Maria. **A FORMAÇÃO INTEGRADA: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Licenciada em Filosofia, Doutora em Ciências Humanas (Educação), Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal Fluminense, Coordenadora do GT Trabalho e Educação da ANPED, 2008.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; (ogs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRABOWSKI, Gabriel. **Outra educação profissional é (im)possível? Projetos e políticas em uta**. Dissertação de Mestrado PPGDU/UFRGS, Porto Alegre, 2004.

LESSA, Sérgio. **Centralidade do trabalho: qual centralidade?** Prof. Sergio Lessa – Univerdade Federal de Alagoas, membro das editorias das revistas *Crítica Marxista e Praxis*. Apresentação no XXI Congresso da Associação

Latinoamericana de Sociologia, Comissão de Trabalho nº 13: “O mundo do trabalho: da fábrica à informalidade”, 1997.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez Associados, 1989. p. 149-162-173-179-195-198.

MEC, Ministério da Educação. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Integrar Para Quê?**, (VALENTIM, Silvani dos Santos. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Praxis Multiculturalista e Desenvolvimento Local como Aportes à Organização Escolar). Secretaria de Educação Básica. - Brasília: Ministério da Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. BARACHO, Maria das Graças; MOURA, Dante Henrique; PEREIRA, Ulisséia Ávila. **Algumas Reflexões e Proposições Acerca do Ensino Médio Integrado À Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Secretaria de Educação Básica. - Brasília: Ministério da Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. GRABOWSKI, Gabriel, **Desenvolvimento Local e Regional & Ensino Médio Integrado À Educação Profissional**. Secretaria de Educação Básica. - Brasília: Ministério da Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. (LODI, Lucia Helena. **Ensino Médio Integrado: Uma alternativa de Educação**



Inclusiva). Secretaria de Educação Básica. - Brasília: Ministério da Educação, 2007.

MEC, Ministério da Educação. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica (Coleção Educação Superior em Debate; v. 8)**, (CARVALHO, Olgamir Francisco de. Tendências da Relação Trabalho/Educação no Contexto da Globalização): Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006 – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

\_\_\_\_\_. (FRANCO, Maria Ciavatta. A Formação De Professores Para A Educação Profissional e Tecnológica: Perspectiva Histórica E Desafios Contemporâneos.)- : Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006 – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2006.

RELATÓRIO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Profª. José Barroso Tostes. Santana-AP. 2008.

RAMOS, Marise. **CONCEPÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**. Doutora em Educação (UFF). Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas e Formação Humana da UERJ. Professora do Cefet-Química/RJ em exercício de cooperação técnica como pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da

Fundação Oswaldo Cruz. ([mnramos@oi.com.br](mailto:mnramos@oi.com.br)). 2008.

SANTOS, Georgia Sobreira dos. **A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: tendências e riscos**. In: Educação e sociedade, vol. 23, 2002.

SILVA, Uaci Edvaldo Matias da. **O Senai**. Brasília, SENAI/DN, 1999. 100 p. (Série SENAI Formação de Formadores).

*Artigo submetido em maio de 2012*  
*Aceito em maio de 2013*